

SINDALESC

Em defesa do serviço público

Prestando

Contas



**Mandato
2020/2023**

Conteúdo

2023

Apresentação	04
Planejamento Estratégico	06
Garantir direitos e remuneração sem perdas	07
As progressões	09
Novo Auxílio Saúde	09
Férias e Licença Prêmio	10
Reversão da ADI 5441	10
Teletrabalho foi uma conquista coletiva do Sindalesc	13
Concurso Público na Alesc	16
Lutar, com outros sindicatos e entidades, em defesa do serviço público	18
Da EC 103 à PEC 32	18
Reforma da Previdência estadual	20
Assédio moral e sexual	21
Protagonismo do Sindalesc na Fenale	23
Defender a vida e a saúde dos servidores, das nossas famílias e da comunidade	27
Demonstrar, com ações efetivas, nossa solidariedade	29
Juntos somos mais fortes	31
Campanha do Agasalho	32
Natal Solidário e Cultural	32
Pegada Ambiental	40
Manter o sindicato funcionando com transparência e comunicação direta com os servidores	42
Comunicação	43
Café dos Aposentados foi um sucesso em 2022	45
Dia do Servidor é de luta contra PEC 186 (2020), mas também de comemorações	47
Jantar de final de ano e Baile Retrô (anos 60, 70 e 80) da Afalesc	49
Não faltaram registros das datas comemorativas	49
Considerações finais	50
Manifestações finais	52

DIRETORIA DO SINDALESC (2020 / 2023)

Alexandre Melo - Presidente

Aline Covolo Ravara - Vice Presidenta

Antônio Vitor Ulrich - 1º secretário

Armando L. C. Agostini - 2º secretário

Nelson Henrique Moreira - 1º tesoureiro

Diego Vieira de Souza - 2º tesoureiro (Renunciou)

Romário da Silva - Secretário de Formação Sindical e Políticas Sociais

Patrícia Schneider de Amorim - Secretária de comunicação social

Itamar P. Pacheco - Diretor dos aposentados (Renunciou)

Raquel H. de B. Ramalho - Diretora adjunta dos aposentados

Carlos Henrique Machado - Conselho fiscal

Manoel Renato Back - Conselho fiscal (Renunciou)

Rubervaldo da Silva - Conselho fiscal

Vera Lucia P. Pacheco - Conselho fiscal

Luiz Alberto M. Jacobus - Conselho fiscal

Zulmar Hermogenes Saibro - Conselho fiscal suplente

Álvaro Pacheco de Souza - Conselho fiscal suplente

Dulce Maria da Costa Faria - Conselho fiscal suplente

Luciane D. B. C Zaguini - Conselho fiscal suplente

Angelino Sávio Quartiero - Conselho fiscal suplente

Nelson Henrique Moreira - Delegado à FENALE

Zulmar Hermogenes Saibro - Delegado à FENALE

EXPEDIENTE

Título: Prestando Contas

Autoria: Sindalesc

Diretor responsável: Alexandre Melo - Presidente

Assessoria e pesquisa: José Roberto Paludo, Antônio Vitor Ulrich, Roberta

Vainstock Monteiro e Renata Moreira Dias Nava

Diagramação: Usideias: Usina de Ideias e Projetos

Revisão textual: Denize Gonzaga

Apresentação

Estamos nos encaminhando para a reta final deste mandato do nosso Sindalesc. Nestes três anos, enfrentamos grandes desafios, mas os superamos com muita perseverança, comprometimento e, principalmente, união. Não à toa a frase “Juntos somos mais fortes”, que era para ser utilizada apenas em uma campanha de solidariedade, virou nosso lema.

Assumimos a direção do Sindalesc em 18 de março de 2020, uma semana depois que a OMS declarou a Covid-19 como pandemia. Diante disso, nosso primeiro comunicado, já no dia seguinte, foi anunciar a necessidade de fecharmos as portas do sindicato e mantermos atendimento de maneira remota. Foi necessário nos reinventarmos nestes anos, para não deixarmos de atender um dia sequer, sempre com responsabilidade e protegendo a vida.

Buscamos construir um mandato de forma planejada e participativa. Sabemos que não foi possível agradar a todos e a todas, mas nos sentimos satisfeitos em colocar em prática e deixar encaminhado o que propusemos.

O propósito deste mandato sindical, que se encerra no ano de 2023, foi o de acreditar e lutar pela valorização e humanização de todos os trabalhadores, para fortalecer o serviço público e, assim, colaborar na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Definimos estrategicamente cinco frentes de atuação, quais sejam: garantir direitos e remuneração sem perdas; lutar em conjunto com outros sindicatos e entidades, em defesa do serviço público; defender a vida e a saúde dos servidores, das nossas famílias e da comunidade; demonstrar, com ações efetivas, nossa responsabilidade social e ambiental; manter o sindicato funcionando com transparência e comunicação direta com os servidores.



Alexandre Melo
Presidente do SINDALESC

Nesta revista de Prestação de Contas, elaboramos uma síntese da atuação deste mandato do Sindalesc, para sua avaliação e para deixar registrado o legado deste coletivo que atuou sempre de mãos dadas para entregar o melhor.

Em nome da direção do Sindalesc, queremos agradecer aos servidores e às servidoras da Alesc, especialmente àqueles e àquelas que se envolveram na construção de nossos projetos, aos funcionários e assessores do sindicato, aos dirigentes da Afalesc, da Afipolesc, da Fenale, de outros sindicatos de servidores públicos, pela luta conjunta em defesa do serviço público em Santa Catarina, e às lideranças das entidades sociais que caminharam conosco nas ações socioambientais e de solidariedade que desenvolvemos.

Seguimos firmes, cada vez mais fortalecidos e dispostos a caminhar rumo a uma sociedade mais democrática, inclusiva, justa, sustentável e solidária.



**SIND
ALESC**
Em defesa do serviço público

Planejamento Estratégico

O atual mandato do Sindalesc se pautou pelo planejamento estratégico, construído coletivamente pela direção. Com base na escuta da categoria, realizamos enquetes virtuais e diálogo direto, estivemos conectados com o legado dos mandatos anteriores e mantivemos parceria com as demais entidades que atuam no âmbito da representação dos servidores da Alesc.

Assumimos num contexto adverso, mesmo momento em que foi decretada

a pandemia (11/03/2020), cientes da nossa responsabilidade e da necessidade de muita organização e foco para dar conta das demandas e expectativas.

Compartilhamos a seguir nosso desenho estratégico e os resultados obtidos ao longo destes quase três anos de atuação, de forma transparente, para conhecimento e avaliação do nosso trabalho.

Desenho estratégico do mandato do Sindalesc - 10/06/2020



Garantir nossos direitos e remuneração sem perdas

O Sindalesc, em parceria com a Afalesc, protagonizou, nestes últimos três anos, grandes conquistas remuneratórias e de defesa dos nossos direitos. As lutas em favor dessas conquistas ocorreram em meio a muita dificuldade.

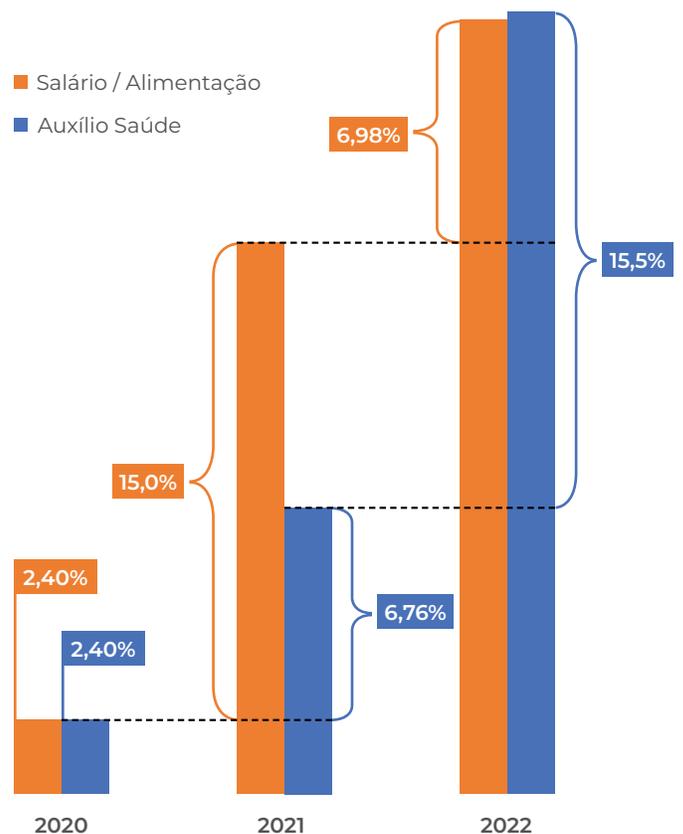
A Pandemia de COVID-19 impedia a convocação assembleias presenciais e a mobilização dos servidores para fazer pressão sobre a direção da Casa. Além disso, foi aprovada no congresso a Lei Complementar 173/2020, publicada no dia 27 de maio de 2020, que proibiu qualquer reposição salarial desde essa data até 31 de dezembro de 2021.

A mesma lei complementar estabeleceu também o congelamento de vários outros direitos remuneratórios, incluindo as licenças-prêmio e os triênios, cuja contagem de tempo só foi restabelecida em dezembro de 2022 devido a de muita pressão do sindicato.

Tudo isso fez com que o Sindalesc buscasse alternativas para recuperar as perdas do ano anterior e, a exemplo de outros sindicatos, com intensa e prolongada negociação, recebeu a reposição de 6,69%, referente aos meses de maio de 2019 a abril de 2020 através do Ato de Mesa 340/2020. Entretanto, no dia seguinte, o IGP-M foi trocado pelo IPCA e o Ato foi surpreendentemente revogado, concedido-se apenas 2,40%.

A alteração do índice gerou muita insatisfação, insegurança jurídica e criou um impasse na categoria. Havia, de um lado, os que queriam judicializar para cobrar a diferença, mesmo com o risco de perda baseado na LC 173/2020. De outro lado, havia a proposta do sindicato, de buscar uma reconsideração negociada, com o próximo Presidente. As bases e a diretoria foram consultadas, sendo escolhida a opção do diálogo, que exigiu muita paciência e dedicação durante as negociações.

Após um ano de 2021 de muita pressão e trabalho, terminados os efeitos da LC 173, o sindicato obteve a aprovação da LC 794/2022, onde obtivemos a reposição de 15%, recuperando a diferença anterior com ganho real, além de 6,76% no auxílio saúde.



As negociações de 2022 foram novamente complexas, pois a administração da Alesc alegou novos impedimentos extemporâneos (aliás, nunca antes considerados), desta vez relacionados à lei eleitoral. Mesmo assim, a Mesa Diretora aprovou os índices de reposição de 6,98% nos salários e de 6,98% no vale-alimentação, conforme Índice Geral de Preços (IGP-M/FGV) de janeiro a abril de 2022, e mais 15,5% no auxílio-saúde, conforme índice da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), correspondente aos meses de maio a dezembro de 2021.

Para o próximo ano, propusemos alteração no calendário de negociações da data-base, antecipando para o mês de janeiro e evitando novas alegações de impedimento em decorrência do ano eleitoral.



A superação da LC 173/2020

Dentre tantas pautas, tivemos a necessidade de reaver direitos trabalhistas congelados pela LC 173/2020, como o retorno das progressões da carreira, a contagem de tempo do triênio e a mesma contagem para a licença-prêmio.

O direito às progressões foi recuperado em janeiro de 2022 com o pagamento da progressão de 2021, sendo finalmente regularizado integralmente em outubro de 2022.

No mesmo sentido, a luta histórica pelas três progressões suspensas entre os anos de 2006 e 2008 foi prejudicada profundamente pela pandemia, mas indubitavelmente obtivemos avanço com a aprovação do artigo 33 A, da lei 794/2022, que autorizou a Mesa Diretora da Alesc a pagar essas progressões. A partir de então, tem sido incansável a luta para a Alesc exercer o direito autorizado pela Lei.

Da mesma forma, depois de muita pressão das entidades, a Alesc reconheceu o tempo suspenso pela LC 173 e regularizou, no início de 2023, a concessão dos triênios e das licenças-prêmio.

Novo Auxílio Saúde

Resultado da luta insistente do Sindalesc e Afalesc, em decorrência dos aumentos frequentes nos planos de saúde, o Presidente da Alesc, Deputado Moacir Sopelsa publicou, no dia 23 de janeiro de 2023, o Ato da Mesa nº 010, que regulamenta o novo auxílio saúde.

A nova modificação do auxílio saúde atende tanto os ativos quanto os aposentados, ampliando os valores, incluindo os dependentes e ampliando os tipos de serviços que podem ser indenizados, como por exemplo, além de plano de saúde também assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterapêutica, nutricional, laboratorial, farmacêutica e de enfermagem.

O ressarcimento será até o limite de 10% do salário bruto do servidor, com possibilidade de acumulação.

Férias e licença prêmio

Foi sancionada, no dia 12 de janeiro de 2023 a Lei Complementar 824, pela qual o SINDALESC e a AFALESC tanto batalharam, que alterou a data-base e possibilitou a conversão integral em pecúnia de licenças prêmio e férias.

A troca da data-base para março é importante para evitar a coincidência com os processos eleitorais a cada dois anos, que dificultam a reposição em períodos das eleições.

A partir de agora os servidores poderão converter licenças-prêmio e férias em pecúnia, administrativamente.

É um conjunto de conquistas que se tornam possíveis graças ao diálogo, a capacidade de negociação e a persistência da direção do sindicato.

Adicional de exercício

As entidades também conseguiram com muito trabalho que a administração concluísse os pareceres e finalmente concedesse os adicionais de exercício que estavam pendentes desde 2017, quando tudo ficou parado por conta a ADI 5441. Este é mais um fechamento importante para os atingidos pela ADI.

Reversão da ADI 5441

Possivelmente a maior batalha judicial em defesa dos servidores da Alesc tenha sido a luta para impedir os efeitos da ADI 5441, cujo processo fazemos questão de rememorar e registrar.

Durante anos pressionamos e instrumentalizamos processos no campo judicial, mas, em 17 de agosto de 2020, o Superior Tribunal Federal (STF) se posicionou acolhendo a ADI e recusando todos os nossos recursos, assim como os de outros sindicatos também atingidos.

Sem pestanejar em nenhum momento, a direção do Sindalesc continuou acreditando em todas as possibilidades de embargo e recursos, trabalhando caso a caso.

Desse modo, foi possível reverter os descontos de 70% dos trabalhadores atingidos pela decisão, assim como dos demais, e reduzir os danos, graças à atuação individual e minuciosa de cada servidor.

Lembrando que a história da ADI 5441 iniciou em 2015, por iniciativa do ex-governador Raimundo Colombo, que questionou as leis que criaram, em 2006, os adicionais de exercício para os servidores da Alesc, do MP, TCE e TJ.

A seguir, vejamos o encadeamento dos fatos:

- 1** Em 2015, o então governador Raimundo Colombo ajuizou a ADI no STF para questionar as estabilizações financeiras (agregações) que ocorriam na Alesc, no TJ, MP e TCE
- 2** Para defender-se da ADI, que ganhou o número 5441, todos os sindicatos e as associações dos poderes envolvidos constituíram advogados. A diretoria do Sindalesec, à época, adotou estratégia de usar a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB para a contratação da Banca de advogados César Brito, de Brasília. Essa atitude seguiu orientação de alguns servidores que possuíam muito conhecimento sobre o tema. Assim, ficou sob a responsabilidade do escritório César Brito toda defesa da matéria em nome do sindicato
- 3** Ainda em 2015, a ADI 5441 foi distribuída para a relatoria do ministro do STF Teori Zavascki, que teve um entendimento mais favorável ao servidor, mas ele infelizmente permaneceu no cargo até 19 de janeiro de 2017, vindo a falecer
- 4** O Ministro Alexandre de Moraes, indicado para vaga de Teori pelo Presidente Michel Temer, assumiu a relatoria da ADI 5441 ainda em 2017, proferindo em seguida um voto contrário ao seu antecessor e ao servidor
- 5** Em julho de 2017, o Sindalesec conduziu uma série de ações, no âmbito administrativo, político e jurídico, para evitar que os descontos fossem imediatamente aplicados aos servidores da Alesc e para que o entendimento fosse modificado. Ao todo, houve muitas audiências em Brasília, para acompanhar e articular com as bancas de advogados, bem como diretamente com os ministros do STF e com os membros do Congresso Nacional
- 6** A primeira vitória do Sindalesec, em associação com os demais poderes, veio com a retirada dos aposentados — em fase liminar, pelo relator — da aplicação dos descontos

7 A segunda foi alcançada com o mandado de segurança, impetrado por cada servidor com o apoio jurídico do Sindalesc, que impugnou a forma de iniciar os descontos e terminou suspendendo a sua aplicação liminarmente, fato que perdura até hoje

8 Mais uma conquista do sindicato e da categoria foi a articulação de informações técnico-jurídicas e entendimentos político-administrativos que levaram à conclusão da administração da Alesc no sentido de ser necessário o final de todo o julgamento para então iniciar os descontos

9 Mais uma vez, mediante diálogo e apelos do sindicato, a Alesc, por meio da sua procuradoria, apresentou todos os recursos possíveis para defender os servidores no STF, durante todos os 6 (seis) anos do processo. Após todos os embargos possíveis, o último recurso da Alesc terminou negado em 10/09/2021, com o voto do ministro Dias Toffoli, que formou a maioria contra os argumentos dos servidores e dos poderes

10 Em maio de 2022, a defesa verificou estar patenteadado o transcurso de prazo superior a 5 (cinco) anos entre a lavratura do ato concessivo e o trânsito em julgado da ADI 5441, de sorte que se mostra impraticável a sua revisão, sob pena de violação à Lei Nacional 9.784/1999; logo, ficou reconhecida a decadência administrativa apontada e mantidos os valores reconhecidos em ato administrativo. Finalmente, essa é uma página virada da nossa história, que alcançou o melhor desfecho possível, apesar de parte de alguns colegas terem desacreditado.

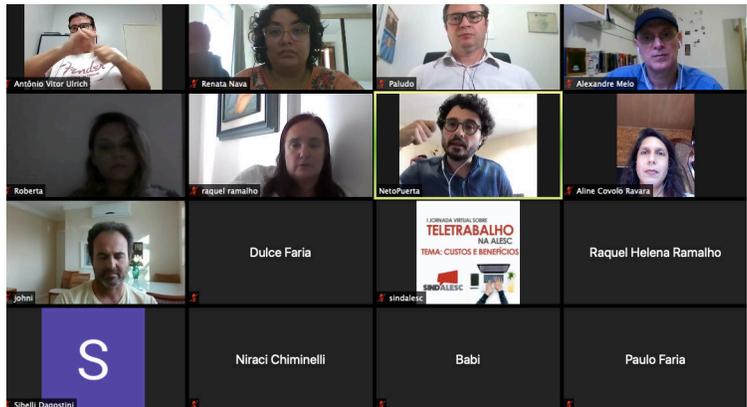
Finalmente, essa é uma página virada da nossa história, que alcançou o melhor desfecho possível, apesar de parte de alguns colegas terem desacreditado.



Teletrabalho foi uma conquista coletiva do Sindalesc

Com o uso cada vez mais intenso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), somado à realidade imposta pela pandemia, tornou-se bastante necessário debater os impactos desse contexto no serviço público, para buscarmos alternativas que beneficiassem a sociedade, a instituição, bem como trabalhadores e trabalhadoras.

Sabemos que as experiências de trabalho não presencial no serviço público vêm repetindo o mesmo modelo das relações no mundo privado: em geral, elas são pautadas pela precarização, pelo aumento dos custos e riscos para os trabalhadores e pela perda de direitos e da gestão do tempo, que impõe metas absurdas e colocam os servidores à disposição em tempo integral, sem direito ao desligamento.



Atento a esses aspectos, o Sindalesc decidiu se antecipar e pautar o tema. Assim, promoveu um processo de debate participativo, criando um Grupo de Trabalho (GT) que ouviu todos os setores internos da Assembleia Legislativa, dialogou com outras assembleias, com outros órgãos públicos e produziu uma pesquisa para subsidiar o debate.

Tudo isso resultou na proposta de um pré-projeto de Resolução sobre Trabalho Remoto, protocolado na Presidência da Alesc no dia 11 de novembro de 2020.

Acompanhe o cronograma:

O GT foi instalado no dia 14 de maio de 2020 com os seguintes objetivos: estudar o tema, fazer levantamento de informações e elaborar subsídios; promover atividades on-line de escuta dos colegas servidores em todos os setores da Alesc e realizar várias lives para apresentar informações sobre o tema.

No dia 24 de julho deste mesmo ano, ocorreu a I Jornada Virtual sobre Teletrabalho na Alesc, com participação do presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário (Sinjusc), Neto Puerta, momento no qual foi lançada uma pesquisa virtual para ouvir a opinião da categoria.

Em 7 de agosto, foi promovida outra *live* para apresentar os resultados da pesquisa e, logo em seguida, dia 21 de agosto, mais uma live, desta vez abordando a relação entre o teletrabalho e a saúde dos trabalhadores.

No dia 27 de agosto, ocorreu a II Jornada sobre Teletrabalho com todos os setores da Alesc.

No dia 4 de setembro, ocorreu a III Jornada Virtual sobre Teletrabalho com setores de TI das assembleias legislativas dos estados Espírito Santo, Goiás, Bahia e Rondônia e, no

no dia 22 de setembro, foi apresentado o trabalho que vinha sendo desenvolvido em Plenária Nacional de comemoração dos 27 anos da Fenale.

Em 1.º de outubro, foi aprovada a proposta de Resolução sobre o Trabalho Remoto em assembleia virtual do Sindalesc.

E, por fim, para coroar o trabalho, em 11 de novembro, foi protocolada a proposta de Resolução na Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Quase 18 meses depois de ser apresentada a proposta de resolução, a Mesa Diretora respondeu com um Ato de Mesa 244 — de 12 de maio de 2022, que regulamenta o “trabalho remoto” na Alesc —, estruturado em 40 artigos, analisados de forma satisfatória pelo sindicato. Precisamos denotar que, em sua maioria, o Ato trouxe pontos em comum, mas restaram algumas lacunas em relação ao que foi apresentado pelo Sindalesc, conforme posicionamento anunciado imediatamente pela direção.

O documento do Sindalesc havia desenvolvido 14 objetivos, que em parte foram contemplados pelo Ato de Mesa. Os pontos que diziam respeito a fortalecer a qualidade do serviço público e valorizar o papel dos servidores; humanizar as relações com o servidor público, com a família e a sociedade; e melhorar a qualidade de vida dos servidores não foram considerados.

Na Seção VI, Das Estruturas Físicas e Tecnológicas, que inclui os artigos 25 a 26 do Ato de Mesa, a resolução estabeleceu que todos os custos com equipamentos e outras despesas ficariam sob a responsabilidade do(a) servidor(a). O Sindalesc havia, no entanto, ressaltado exatamente este aspecto: o serviço à distância traria economias operacionais para a Alesc e, portanto, os custos poderiam ser transferidos para o(a) servidor(a), sem compensação.

No que diz respeito à definição de metas, o Sindalesc reconheceu o critério estabelecido pelo Ato de Mesa, na modalidade de produtividade, concordando que elas sejam proporcionais ao volume de produção do trabalho presencial (art. 16) e que ocorram em diálogo entre o(a) servidor(a) em questão e sua chefia imediata. Do mesmo modo, que resultem num plano de trabalho (art. 13 e 14), cabendo às outras instâncias administrativas viabilizar

a operacionalização, assim como capacitar para a execução dessa modalidade (art. 24).

Houve outras divergências em relação às modalidades, especialmente no que se refere ao dispositivo de controle de frequência, com expediente de oito horas (intercalado pelo intervalo), diferenciado do expediente presencial, que é de seis horas ininterruptas. Contudo, o Sindalesc recomendou a necessidade de estabelecer limites de horário e que a modalidade por produtividade ficaria à disposição da chefia, independentemente do dispositivo de controle, ou seja, restrito ao horário de expediente de oito horas, preservando o(a) servidor(a) ao seu “direito de desligamento” fora do horário de funcionamento da Casa.

Precisamos ressaltar que o inciso primeiro do artigo 34 poderia ser o inverso, ou seja, considerando que a resolução propõe o trabalho remoto em caráter experimental pelo período de seis meses (art. 23), este deverá ser avaliado. Entendemos que ele não deve ser interrompido automaticamente, exatamente para que se reforce a necessidade de avaliação e, assim, não se perde a experiência, caso haja algum lapso ou mudança de direcionamento da Mesa Diretora, pois, nestes casos, há outros mecanismos para fazê-lo.

Por fim, o Sindalesc saúda a iniciativa da Mesa Diretora pelo encaminhamento, mesmo que tardiamente, do pedido de regulamentação do serviço à distância e considera que, de maneira geral, as expectativas do sindicato foram atendidas, exceto no que tange aos custos operacionais e aos critérios de controle do trabalho remoto.

Concurso Público na Alesc

O concurso público também foi uma pauta constante nas mesas de negociação do Sindalesc.

Debatida com a Afalesc, as movimentações para tramitá-lo na Alesc se iniciaram com a criação do Grupo de Trabalho Especial, por meio do Ato da Mesa 088, de 17 de março de 2020, que apresentou uma proposta ainda em 23 de novembro do mesmo ano. Mesmo com toda nossa movimentação, o assunto, que é geralmente recebido com simpatia pela Casa, foi protelado.

Finalmente, após diversas promessas, foi contratada a Fundação Getúlio Vargas (FGV) no dia 21 de setembro de 2022, cujo processo está em andamento.



Vitória do trabalho sindical e da persistência

No dia 18 de janeiro de 2023 finalmente foi publicado o Edital do Concurso Público.

As inscrições estarão abertas no período do dia 23 de janeiro de 2023 até o dia 16 de março de 2023.

Vagas:

Analista Legislativo III – Graduação em qualquer área – 5 vagas;

Consultor Legislativo – Graduação em Administração – 4 vagas;

Consultor Legislativo – Graduação em Direito – 5 vagas;

Consultor Legislativo – Graduação em Contabilidade – 3 vagas;

Consultor Legislativo – Graduação em Economia – 2 vagas;

Analista Legislativo III/Analista de Sistema – Graduação na área de Informática, com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação – 8 vagas;

Analista Legislativo III/Engenheiro Civil – Graduação em Engenharia Civil e comprovação de registro do exercício profissional no órgão fiscalizador – 1 vaga;

Analista Legislativo III/Médico do trabalho – Graduação em Medicina, com Residência em Medicina do Trabalho (credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica) ou especialização em Medicina do Trabalho, além de registro profissional no órgão da classe.

Foi uma luta de quase uma década, com papel ativo do Sindalesc na cobrança da realização de um concurso público para a Alesc. Tais ações do sindicato foram bastante importantes, visto que desde a Constituição de 1988, somente dois concursos públicos gerais foram realizados. Ou seja, desde 1992, os comissionados quintuplicaram em número, os terceirizados dobraram e os concursados são apenas um quinto em atividade. O concurso é uma luta dos servidores, mas se trata de uma conquista da sociedade, em defesa da democracia.

Lutar, com outros sindicatos e entidades, em defesa do serviço público

Da EC 103 à PEC 32

Sabemos que dirigentes dos últimos dois governos federais, depois de 2016, não mediram esforços para retirar direitos dos trabalhadores e especialmente dos servidores públicos. Apesar disso, a luta dos sindicatos unidos conseguiu evitar perdas de direitos ainda maiores.

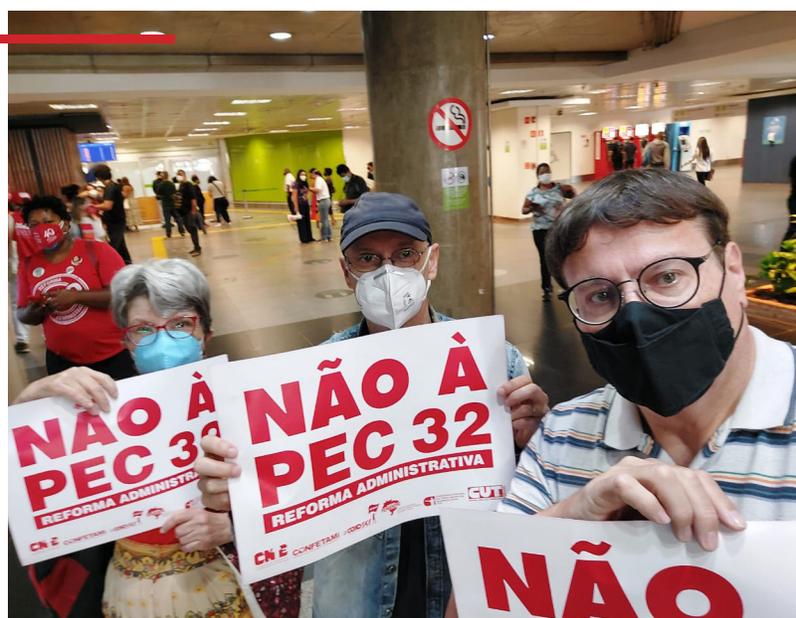
A primeira versão dessas investidas foi a Emenda Constitucional 103, também conhecida como Reforma da Previdência federal de 2019.

Em 2020, foi aprovada a LC 173, que dificultou as reposições e congelou os direitos relativos ao tempo decorrido. Até hoje ela produz efeitos negativos no que tange à concessão de licença-prêmio e de triênio.

Em setembro de 2020, a proposta da PEC 32 foi apresentada pelo Poder Executivo Federal ao Congresso Nacional. A reforma administrativa é conhecida nos meios sindicais como a PEC do final do mundo dos usuários e trabalhadores do serviço público. Isso porque ela incorporou a narrativa de que os servidores públicos são um entrave para o desenvolvimento do país, propondo, por meio de uma reforma administrativa estrutural, alterar onze artigos da Constituição (37, 39, 41, 48, 84, 88, 142, 165, 173, 201 e 242).

Quer dizer, a consequência é a perda dos três princípios básicos do serviço público: a estabilidade, a paridade e a integralidade.

O texto da PEC 32 prevê a redução da jornada de trabalho e de salário, com a possibilidade de extinção de cargos, de gratificações, funções e órgãos. Também permite a contratação de cargos temporários e terceirizados, tornando desnecessário para o gestor realizar concursos públicos. Na verdade, isso significa sucateamento e retrocessos para o setor público e para a sociedade. Ou seja, com o fim de processos seletivos como estes e da estabilidade, a população terá serviços menos qualificados.



Entre os pontos críticos, podemos destacar:

- 1** Fragilização da estabilidade;
- 2** Fim dos concursos públicos;
- 3** Cargos públicos passam a pertencer ao Governo, e não ao Estado;
- 4** Avaliação de desempenho com regras pouco claras e sem segurança jurídica para os servidores;
- 5** Apadrinhamento político;
- 6** Redução de jornada e de salários
- 7** Falácia da economia (redução nos gastos).

A fragilização da estabilidade, por exemplo, pode fazer com que os servidores se vejam obrigados a facilitar ou dificultar a aprovação de algum processo, em função de pressão política, o que abre margem para a corrupção e para o favorecimento de determinados grupos de interesse.

A reação sindical foi imediata e, no dia 30 de setembro de 2021, ocorreu o Dia Nacional de Luta em Defesa dos Servidores Públicos, uma mobilização conjunta dos servidores públicos das

três esferas, realizado em parceria com a Fenale e com o Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público.

No dia 9 de outubro de 2021, o Sindalesc promoveu uma live com o palestrante Vladimir Nepomuceno, um dos mais respeitados assessores parlamentares e consultor de entidades sindicais sobre este tema. Nepomuceno analisou os impactos que tais medidas podem ter sobre a vida dos servidores. Neste evento, foi lançada a campanha “Diga Não à Reforma Administrativa”.

Além das mobilizações nos estados e nas mídias sociais para pressionar as bancadas e os membros da comissão da PEC 32, ocorreu intensa pressão em Brasília para impedir a sua tramitação no ano de 2021, o que resultou na retirada da pauta no ano eleitoral.

Ainda que o resultado do pleito de 30 de outubro de 2022 tenha sido favorável para impedir o avanço da PEC, precisamos ficar atentos e mobilizados.



Essa luta continua!

Reforma da Previdência estadual

Não bastassem as investidas do governo federal, o ex-governador Carlos Moisés, após se livrar do impeachment, recomeçou seu mandato retirando direitos previdenciários dos(as) servidores(as) estaduais, por meio da Reforma Previdenciária.

Num primeiro momento, em 2020, a Reforma foi retirada de pauta pela pressão do Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público, especialmente pela articulação dos dirigentes do Sindalesc, mas voltou em regime de urgência no ano seguinte, passando por uma audiência pública que ouviu as entidades empresariais, de segurança pública e alguns poucos sindicatos, unânimes em se contrapor à sua aprovação.

Foram realizadas muitas reuniões, tentativas de emendas (algumas periféricas, incluídas no substitutivo

global aprovado na Alesc), várias manifestações presenciais do Sindalesc, com representantes da Afalesc e de outros sindicatos de servidores estaduais, mas, mesmo sob pressão, no dia 4 de agosto de 2021, por 31 votos a favor e 9 contrários, o plenário da Alesc aprovou a proposta do governo.

A principal consequência desta reforma foi a taxaçoão de 14% sobre os aposentados que recebem a partir de um salário mínimo, penalizando os trabalhadores de mais baixo salário e aumentando o tempo de serviço e contribuição.

Mesmo diante desse cenário, o movimento sindical não abandonou a pauta e organizou, durante o ano de 2022, uma intensa coleta de assinaturas, dando entrada na Alesc a um Projeto de Emenda Popular, com mais de 50 mil nomes, pedindo a revogaçoão da reforma. Essa luta continua!

Assédio moral e sexual

Debater o tema do assédio moral e sexual tem se tornado cada vez mais urgente e necessário, principalmente no âmbito das relações de trabalho.

O Sindalesc iniciou a discussão em outubro de 2020, formando um Grupo de Trabalho Interno (GTI) sobre assédio e, desde então, realizou dezenas de reuniões, lives, estudos e diálogos com especialistas, que resultaram na publicação de uma Cartilha de Prevenção ao Assédio e na realização de uma audiência pública em parceria com a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Alesc.

Entre os participantes deste processo, destacam-se:

Dra. Anne Auras, da Defensoria Pública (DF) e coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem);

Dra. Suzana Tolfo e Dr. Renato Oliveira, professores da Ufsc e membros do Núcleo de Estudos de Processos Psicossociais e de Saúde nas Organizações e no Trabalho (Nepot);

Professora Dra. Marlene Fáveri (Udesc), que falou sobre gênero;

Deputado estadual paranaense Tadeu Veneri, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alep;

Dra. Flávia Oliveira Santos, ex-procuradora do município de Itajaí, que abordou sobre assédio e racismo;

Margareth Hernandez, atual presidente da Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero, da OAB/SC;

e Thais Becker, de Jaraguá do Sul, que tratou do tema das pessoas com deficiência.

No dia 23 de novembro de 2022, aconteceu uma audiência pública, coordenada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Alesc, para tratar do tema e colocar na agenda do parlamento. Na ocasião, foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

- ▶ ampliar o GT para outros sindicatos e entidades: Sinte, Sinjusc, Ufsc e outros;
- ▶ criar ouvidoria na Alesc;
- ▶ realizar permanentemente campanhas sobre assédio/saúde no serviço público e no mercado de trabalho em geral;
- ▶ criar espaços de escuta, relatos e pesquisas;
- ▶ fomentar iniciativas de leis específicas e ver outras experiências;
- ▶ promover eventos e atividades culturais: filmes, teatro e outros;
- ▶ dar apoio jurídico às vítimas.



Protagonismo do Sindalesc na Fenale

Apesar da pandemia, a atual direção vem tendo um papel de destaque no âmbito da Fenale desde maio de 2020, quando, em encontro nacional por meio de videoconferência, o Presidente do Sindalesc, Alexandre Melo, defendeu um posicionamento da entidade

em relação à proteção da saúde dos trabalhadores e contra o ataque do governo federal aos servidores públicos, o que resultou numa carta da Federação, conforme se pode observar a seguir:



CARTA DO I ENCONTRO POR VIDEOCONFERÊNCIA DA FENALE NOVOS TEMPOS NAS RELAÇÕES HUMANAS E SINDICAIS E A IMPORTÂNCIA DA DEFESA DA DEMOCRACIA

Desde o início de 2020, o mundo se encontra em estado de alerta em virtude da pandemia causada pelo novo coronavírus, que deu origem à enfermidade denominada Covid-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Já foram registradas milhões de contaminações com centenas de milhares de mortes causadas pela pandemia, que afetou as relações humanas, inclusive as de trabalhos e sindicais que colocou em xeque a atuação de diversos governantes. No Brasil, estamos vivendo desde meados de março, em diversos estados, o distanciamento social, com as pessoas praticamente isoladas.

As entidades sindicais precisaram se adaptar à realidade atual, a fim de manter suas atividades, o mesmo acontecendo em todos os segmentos da administração pública. Hoje é bastante comum a realização de reuniões e tomada de decisões através de videoconferência.

Diante desse cenário, a Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal – FENALE, e suas entidades filiadas, reunidas, durante o seu I ENCONTRO NACIONAL POR VIDEOCONFERÊNCIA, com o tema “O SERVIÇO PÚBLICO EM TEMPOS DE PANDEMIA”, manifestam sua preocupação com essa nova situação pela qual passa o mundo e também sobre as crises sanitária, econômica e política que afetam de forma drástica o nosso País.

No momento em que muitas decisões têm sido tomadas pelo Parlamento brasileiro, de forma apressada e sem a necessária discussão, para dar uma resposta à sociedade frente à pandemia, muitos direitos dos servidores públicos vêm sendo violentados, com destaque ao congelamento dos salários até o final de 2021, entre outras medidas.

Os servidores têm sido também alvo de ataques por parte de órgãos governamentais, principalmente do titular do Ministério da Economia, que por várias vezes utilizou adjetivos jocosos ao tratar de servidores, taxando-os de “parasitas”, “saqueadores”, “assaltantes” e “inimigos” da Pátria, com a nítida intenção de jogar a opinião pública contra a categoria justamente neste momento em que a mesma vem demonstrando a importância de um Estado forte no atendimento à população carente em especial nas áreas da Saúde, da Segurança, da Educação, da Justiça e do Legislativo.

Por outro lado, o momento é bastante delicado e, mesmo com a determinação de afastamento social, vem sendo realizadas manifestações em todos os Estados, em especial no Distrito Federal, tanto de apoiadores como de opositores ao Governo, o que demonstra a divisão política nos dias atuais.

Diante da atual realidade e dos problemas causados pela pandemia, a FENALE e suas filiadas conclamam todas as Entidades Representativa de Servidores Públicos – associações, sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais – a apoiarem as medidas de distanciamento social junto a seus associados em prol da vida e da saúde.

e ainda na defesa do Estado democrático de direito, com o fortalecimento das instituições e da democracia como único regime possível e necessário ao desenvolvimento da Nação brasileira.

Por fim, as entidades ratificam o compromisso de reafirmar a FENALE como a legítima e única representante dos Servidores dos Poderes Legislativos Estaduais e Federal do Brasil.

Conclama, também, a defenderem a categoria das proposições que estão se configurando no Parlamento como a Reforma Administrativa, com a possibilidade de redução salarial dos servidores, além de lutar pela revogação da Emenda Constitucional 95, que determina o congelamento do teto de gastos públicos e vem prejudicando os investimentos em áreas essenciais como a Saúde e a Educação,

Por fim, as entidades ratificam o compromisso de reafirmar a FENALE como a legítima e única representante dos Servidores dos Poderes Legislativos Estaduais e Federal do Brasil.

**PELA DEFESA DA DEMOCRACIA!
NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA E À PERDA DE DIREITOS DOS SERVIDORES!
SIM AO DISTANCIAMENTO SOCIAL E À PRESERVAÇÃO DA VIDA!**

Brasil, 30 de junho de 2020.

**FENALE – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DOS
PODERES LEGISLATIVOS FEDERAL, ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL**

RUA DA QUITANDA 30, SALA 814, RIO DE JANEIRO, RJ – CEP 20011-030
e-mail: fenale.legislativo@gmail.com – tel. (21) 2221-3956





Os delegados e as delegadas do Sindalesc estiveram presentes em todos os encontros e as reuniões da Fenale pautaram a necessidade de os sindicatos lutarem para exigir a reposição inflacionária no salário, mesmo na vigência da PLC 173/2020, exigiram o cumprimento de protocolos sanitários durante a pandemia e, principalmente, se mobilizaram, virtual e presencialmente, nos estados e em Brasília, para impedir o andamento da PEC 32, que, sabemos, representaria um verdadeiro desmonte dos serviços públicos e do serviço civil de carreira, que, por sua vez, garante o ingresso por concurso, a estabilidade e a responsabilidade mútua dos agentes de Estado. Por hora, a PEC 32 se mantém congelada no Congresso Nacional, e a nossa expectativa com o novo governo é de que possa ser retirada de pauta.

Ao mesmo tempo, o Sindalesc levou para o âmbito da Fenale as lutas protagonizadas no estado de Santa Catarina, para servir de troca e de referência para outras unidades da federação. Entre elas, estavam a resistência à Reforma da Previdência, também realizada em outros estados, e à ADI 5441 — que demonstrou a importância de não abandonarmos a defesa dos trabalhadores, mesmo depois da decisão final da Suprema Corte (STF) — e especialmente a experiência dos processos de discussão e construção coletiva da proposta de Serviço à Distância, do GT sobre Assédio e dos projetos Juntos somos mais fortes e Pegada Ambiental, iniciativas diferenciadas, desenvolvidas de forma coletiva pelo nosso sindicato.

Defender a vida e a saúde dos servidores, das nossas famílias e da comunidade

A defesa da vida é a luta mais digna e necessária atualmente. Ao mesmo tempo, é uma pauta ampla, que passa pelas condições de trabalho, pela remuneração e pela atualização dos valores do auxílio-saúde. Diante disso, na pandemia, se tornou uma agenda específica, especialmente no primeiro período, para evitar o contágio e depois garantir a vacinação.

No dia 3 de junho de 2020, por ofício, o Sindalesec encaminhou à Diretoria Geral da Alesc a preocupação com a saúde e a proteção da vida de todos os servidores da Casa, sejam eles efetivos, terceirizados, comissionados, militares e prestadores de serviços que estavam sendo convocados para trabalhar presencialmente durante a pandemia.

O sindicato recebeu reclamações e constatou a ausência de cuidados mais rigorosos (como a medição da temperatura, por exemplo), principalmente no Centro Administrativo - Unidade Administrativa Presidente Deputado Aldo Schneider, localizado na avenida Mauro Ramos, mais especificamente em três pontos de entrada (estacionamento frente, estacionamento traseiro e entrada de pedestres).

No final do mês de junho de 2020, foi confirmado o primeiro caso de contaminação de um servidor terceirizado, justamente no prédio do Centro Administrativo, o que causou medo e apreensão na Casa.

O sindicato emitiu uma nota de repúdio, em 25 de junho de 2020, questionando a falta de vigilância da administração da Alesc e, em 29 do mesmo mês, participou de reunião com a Diretoria Geral, na qual pautou a necessidade de se tomar medidas urgentes a respeito do novo coronavírus.

O nosso objetivo foi permitir o funcionamento da Casa com as melhores práticas, para evitar a disseminação da doença, mas a Covid-19 foi circulando livremente na Alesc. O sindicato praticamente não viu seus pedidos serem atendidos, e, no dia 25 de outubro, voltou a cobrar duramente providências para enfrentar a segunda onda da pandemia na Casa.

No dia 30 de outubro, infelizmente, ocorreu o falecimento por Covid do nosso colega servidor lotado na Diretoria de Tecnologia e Informações (DTI), Ricardo Valério Oriano, conhecido carinhosamente por “Ricardinho”.

Com tristeza e indignação, repudiamos a postura negacionista de pessoas que ocupavam postos de responsabilidade e não tiveram capacidade de demonstrar sensibilidade para um tema tão sério como a pandemia do novo coronavírus.

Como funcionário da Alesc, Ricardo dedicou 38 anos à Casa. O testemunho de um colega demonstra bem isso: “Faltar ao trabalho para ele era só em último caso e, se faltasse, era por um motivo muito forte, mas, ao mesmo tempo, ficava preocupado”.

Em 2020, Ricardo estava em casa tomando os devidos cuidados, como o fez desde o início, até ter sido convocado, no pico da pandemia, para realizar a manutenção em alguns relógios dos escritórios externos dos deputados.

Ele foi à Assembleia, arrumou os equipamentos de trabalho e,

na sequência, testou positivo.

Começou o tratamento, chegou a melhorar, mas, no dia 28 de outubro, estava fraco e, ao final da tarde, foi encaminhado para a UTI, com um dos pulmões comprometidos.

Sua esposa relatou que, no dia 29, Ricardinho pediu para a enfermeira para fazer uma videochamada, porque queria nos ver e principalmente a neta Lívia, com quem não tinha contato há uma semana; ele fez formato de coração com as mãos e jogou um beijo para ela, e ela para ele. Segundo ela, esta foi nossa última imagem dele com vida. No dia 30, veio a óbito.

Fizemos nossa homenagem ao Ricardo, às demais vítimas da Covid-19 na Alesc e aos mais de 680 mil brasileiros que perderam suas vidas por essa doença, muitos pela negligência das autoridades públicas.



**Força!
Espera!
Vai passar.**

Demonstrar, com ações efetivas, nossa solidariedade

O slogan “Juntos somos mais fortes” foi a primeira iniciativa pública deste mandato do Sindalesc, logo no início da pandemia, em abril de 2020

Sensibilizados pela situação caótica, convidamos a Afalesc e depois a Afipolesc para nos unirmos na arrecadação de fundos que seriam revertidos em cestas básicas, distribuídas a comunidades carentes da Grande Florianópolis, e em EPIs para nossos guerreiros trabalhadores da saúde, que não dispunham desses equipamentos de proteção apropriados naquele momento.

Foi uma campanha considerada exitosa, que nos levou a adotar uma parceria permanente com as entidades da Alesc em todas as nossas lutas e pautas, e nos influenciou a ampliar outras campanhas sociais e solidárias com o mesmo propósito. Por isso, “Juntos somos mais fortes” se tornou, na prática, um lema geral do nosso mandato do Sindalesc.

Realizamos três campanhas anuais, com enfoques distintos e em épocas diferentes, mas unificamos a metodologia e passamos a trabalhar com as mesmas entidades, por duas razões: em primeiro lugar, para permitir que as entidades sociais pudessem se planejar, contando com nosso apoio e, em segundo, para estabelecer vínculos e parcerias, pois se tratava de entidades sociais com credibilidade e indicação de colegas engajados individualmente nas frentes de luta solidárias.





Vejamos a prestação de contas e a transparência das campanhas Juntos somos mais fortes (abril e maio de 2020, 2021 e 2022); Campanha do Agasalho (maio, junho e julho de 2020, 2021 e 2022) e Natal Cultural e Solidário (dezembro de 2020, 2021 e 2022):

Juntos somos mais fortes

As três edições da campanha, realizadas entre os meses de abril e maio, tiveram como objetivo arrecadar fundos com contribuição espontânea por depósito em conta e também com contribuições das entidades dos servidores do Parlamento Catarinense — Sindalesc, Afalesc e Afipolesc —, para levar cestas básicas, materiais de higiene, materiais de limpeza, carnes, máquina de lavar roupas e máquina de costura a comunidades carentes da Grande Florianópolis.

Campanha do Agasalho

Realizada entre os meses de maio, junho e julho, esta ação, já executada nos anos de anteriores, foi mantida em 2022 com o mesmo propósito: arrecadar roupas, calçados e cobertores em bom estado. Com a pandemia, inovamos no formato delivery, para proteger quem doava e quem recebia. Nos dois primeiros anos (2020 e 2021), houve um crescimento no quantitativo; já em 2022, a quantidade das doações foi menor.

Natal Solidário e Cultural

Realizado sempre no mês de dezembro, com o objetivo de ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio desta campanha, as entidades Sindalesc e Afalesc arrecadaram fundos e também participaram integralmente com apoio financeiro, para a compra de brinquedos e alimentos. As doações foram destinadas às mesmas entidades participantes da Campanha “Juntos somos mais fortes”.

Arrecadação total

Campanhas Sociais	2020	2021	2022	Total
<i>Juntos somos mais fortes</i>	R\$ 70.546,67	R\$ 61.620,00	R\$ 74.450,00	R\$ 206.616,67
<i>Campanha do Agasalho</i>	1.050 peças	1.100 peças	950 peças	3.100 peças
<i>Natal Solidário e Cultural</i>	R\$ 24.795,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 64.795,00

Doações

Itens	2020	2021	2022	Total
<i>Alimentos</i>	6 toneladas	11 toneladas	9 toneladas	26 toneladas
<i>Material de higiene</i>	479 unidades	491 unidades	638 unidades	1.608 unidades
<i>Material de limpeza</i>		361 unidades	639 unidades	1.000 unidades
<i>EPIs</i>	1.450 unidades			1.450 unidades
<i>Máquinas</i>		1 Máq. de costura	1 Máq. de lavar	2 máquinas
<i>Roupas</i>	1.050 peças	1.100 peças	950 peças	3.100 peças
<i>Brinquedos</i>	1.000 unidades	830 unidades	420 unidades	2.250 unidades

Entidades beneficiadas

- 1** Comunidade do Norte da Ilha/ Ingleses (Papaquara, Siri e Morro do Mosquito)
- 2** Associação de Pais e Amigos do Loteamento Los Angeles – Creche Monte Moriat
- 3** Associação Laura dos Santos - ALS
- 4** Associação de Amigos da Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó - ACAM
- 5** Mãos que Acolhem e Partilham - MAP
- 6** Associação de Arte, Cultura e Esporte: Vivendo e Aprendendo - AACUEVA
- 7** Cantinho dos idosos
- 8** Ocupação Carlos Marighella
- 9** Ação Social Arquidiocesana - ASA
- 10** Irmandade do Divino Espírito Santo - IDES
- 11** Sindaúde - Samu
- 12** Asilo Irmão Joaquim
- 13** Associação Catarinense para integração do cego - ACIC
- 14** Sociedade Espírita de recuperação, trabalho e educação - SERTE

Depoimentos das entidades

Comunidade Norte da Ilha

2022

Prof. Neves L. Prujansky

“Quero registrar aqui o bem que o Sindalesc e a Afalesc propiciam para a comunidade do Papaquara, no bairro Vargem Grande. Com o lema “Juntos somos mais fortes”, levam dignidade de vida para as pessoas, reconhecendo no outro o seu sofrimento e, assim, buscando através de suas doações, fortalecem a vida dos menos favorecidos. Deixo aqui o nosso muito obrigado a esses anjos do Sindalesc e da Afalesc que fazem o bem sem olhar a quem! Não existe papel que caibam todas as palavras que gostaríamos de dizer em agradecimento a vocês. Obrigada!”

Associação Laura dos Santos - ALS

2020

Laura Maria dos Santos (in memoriam)

“Nosso sentimento pelas doações recebidas é de gratidão. Muito feliz por poder contar com parceiros e colaboradores que nos proporcionaram poder assistir as famílias da comunidade com o material recebido e assim amenizar um pouco das faltas que estes moradores sentem na pele. Muito obrigada.”

Creche Monte Moriat

2020

Eva Geni dos Santos

“Com o início da pandemia, passamos a atender às famílias em casa e, com isso, aumentaram muito o número de pessoas atendidas, sendo que a maioria dos pais encontra-se desempregados, por serem na grande maioria autônomos. A doação feita pelo Sindalesc e pela Afalesc veio para minimizar as necessidades dessas famílias e para encurtar a distância que separava nossas crianças da fome. Agradecemos pela doação e concluímos que juntos somos mais fortes.”

2022

Eva Geni dos Santos

“Gostaria de começar esse relato falando um texto do nosso querido e saudoso Betinho: “O desenvolvimento humano só existira na sociedade civil se afirmar cinco pontos fundamentais: igualdade, diversidade, participação, solidariedade e liberdade. É bem notório que isso aconteceu no decorrer destes anos com a Afalesc e o Sindalesc. Podemos sentir e viver como eles fizeram diminuir a distância que separava a fome de nossas crianças. Gratidão a todos por todas as vezes em que vocês foram responsáveis por uma criança ir dormir sem fome.”

ACAM

2020

Juliana Cardozo de Elesbão

“A instituição dentro da comunidade do Mocotó é a ponte de acesso aos direitos fundamentais de muitas crianças/adolescentes e suas famílias. Nesse contexto da pandemia, o que antes era gritante ficou ainda mais visível. Muitas crianças e adolescentes passavam, antes, parte do seu dia na instituição, com a garantia do acesso à alimentação, cultura, ao esporte e lazer. A campanha e a solidariedade de muitas pessoas proporcionaram a 100 famílias a garantia de uma alimentação equilibrada no acesso a uma segurança alimentar e nutricional, bem como a preocupação também em fornecer materiais de higiene fundamentais no combate à Covid-19. O que observamos na entrega das cestas básicas, ovos e kits de higiene é a gratidão pela preocupação com o próximo.”

AACUEVA

2020

Samuel de Quadros

“Nós, do projeto social Vivendo e Aprendendo, agradecemos a campanha do Sindalesc e da Afalesc, onde fomos contemplados com cestas básicas que vão ajudar famílias na alimentação durante essa época de pandemia. Somos gratos e sabemos da importância dessas ações para ajudar as famílias que fazem parte do nosso projeto. Onde muitos pais acabaram perdendo sua renda e ficando sem ter condições de manter a alimentação de sua família. Gratidão. Que Deus abençoe.”

MAP

2022

Fraternalmente, A Liderança do MAP

“O Projeto MAP surge no meio de uma das mais terríveis realidades sociais vividas em nosso país e que se avolumou com a pandemia, agravando o nível de empobrecimento da população socialmente vulnerável. O MAP atua no Norte da Ilha de Florianópolis-Praia dos Ingleses. Embora constituído de pessoas abastadas, possui um enorme contingente de pessoas da classe baixa e pobres, incluindo uma grande favela chamada “Favela do Siri”. Iniciamos distribuindo 60 refeições diárias a moradores de rua no auge da pandemia, temos atualmente cadastradas 53 famílias que mensalmente recebem cestas básicas e, msurgem. A solidariedade e a força de um trabalho de companheirismo e de pessoas com um olhar amoroso é que o MAP tem conseguido, até aqui, servir pessoas irmãs brasileiras vítimas do descaso de uma governança injusta e criminosa. O trabalho do Sindalesc e da Afalesc tem sido fundamental, sem o qual não conseguiríamos assistir estas famílias. Suas campanhas somam consideravelmente a outros organismos que nos apoiam. O projeto MAP é um projeto de serviço; é pequeno, mas se torna importante porque temos um Sindalesc e uma Afalesc que, na caminhada difícil, nos socorre. As pessoas vulneráveis são agradecidas, e elas sabem quem são as pessoas e os organismos que estão apoiando. Diante disso, as pessoas voluntárias do MAP vem através deste depoimento agradecer de coração às entidades, porque, com vocês, não nos sentimos sós nesta tarefa da solidariedade. Contamos com o carinho e a atenção sempre dispensada a nós nas campanhas que o sindicato realiza. Aproveitamos o momento para desejar-lhes um abençoado tempo de esperança que se avizinha. Que a Justiça e a Paz se abracem. É possível sonhar com um mundo com mais fraternidade e amor.”

Associação Irmão Joaquim

2020

Sandy Póvoas dos Santos

“Os custos são muitos, as dificuldades são muitas! Medidas necessárias para o combate ao coronavírus atingiram diretamente o funcionamento do Asilo. Doações recebidas caíram vertiginosamente. Evento para arrecadação de recursos teve de ser cancelado, nosso brechó, que tem sua renda revertida integralmente ao Asilo, teve de ser fechado por dois meses. Além dos recursos financeiros, o atendimento médico aos idosos residentes também foi afetado. Nossos médicos voluntários também fazem parte do grupo de risco! Entendemos que o trabalho aqui desenvolvido é de extrema importância para os idosos hoje acolhidos, e para os que futuramente virão. Nossa lista de espera conta com mais de 100 nomes. Encaminhamos ao Poder Público ofícios detalhando a situação atual do Asilo e solicitando apoio com materiais, com a cessão de Médico e até recursos financeiros para atravessarmos este momento delicado. Pouco nos foi atendido. Por isso, iniciativas como a do Sindalesec são de extrema importância na garantia de manutenção das atividades deste Asilo. Agradecemos de coração as doações recebidas. Em especial por terem se preocupado em, não apenas trazer alimentos, mas saber de fato o que era nossa maior necessidade. Essa atitude denota não só a vontade em colaborar, como também o carinho que possuem pelos nossos idosos. Muito obrigada!”



Pegada Ambiental

O Projeto Pegada Ambiental foi lançado em 2021 e buscou três objetivos: promover a consciência ambiental por meio de ações diretas ou de campanhas nas mídias sociais; propor e articular a aprovação de leis voltadas para o meio ambiente e atuar nas entidades e comunidades que recebem as nossas doações sociais, ampliando para outras escolas, promovendo compostagem, hortas comunitárias e plantio de árvores, plantas medicinais e comestíveis.

Mais uma parceria entre Sindalesc e Afalesc, foram convidados alguns servidores engajados para compor um grupo de trabalho. São eles: Alesio dos Passos Santos, Armando Luciano Carvalho Agostini e Marcelo Lubi (que depois pediu afastamento para assumir uma função na mesma área na Alesc).

O projeto foi lançado em 20 de agosto de 2021 e, no Dia da Árvore (21 de setembro), todos os gabinetes da Alesc foram visitados. Na ocasião, houve duas ações: os funcionários receberam uma muda de espinheira-santa, a planta medicinal símbolo de Santa Catarina, e foram plantadas três árvores em frente ao Palácio Barriga Verde, sendo uma muda de pau-brasil, uma de imbuia, a árvore símbolo do nosso estado, e uma de espinheira-santa, planta símbolo medicinal do estado.

No ano de 2022, foram lançados novos projetos em parceria com entidades sociais e escolas, buscando atender o terceiro objetivo e, no dia 7 de junho, no Palácio Barriga Verde, ocorreu o lançamento do livro “Alterações do Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina”, de autoria do servidor da Alesc Armando Luciano Carvalho Agostini, mestre em Ciências Jurídicas na área ambiental. No momento, houve exposição e degustação de PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais), organizada pelo servidor aposentado Alesio dos Passos Santos e sua esposa Cléia. Nosso próximo objetivo será a implementação de uma horta medicinal na Alesc.





Manter o sindicato funcionando com transparência e comunicação direta com os servidores

Manter o sindicato funcionando, ininterruptamente, com a devida segurança e transparência foi um grande desafio neste mandato. Por ter assumido a direção no contexto de pandemia, no primeiro momento, foi necessário muito planejamento e organização para garantir o atendimento virtual, conseguir reunir a própria direção, os servidores, assim como para dar andamento a todas as pautas que estavam na agenda, sem prevaricação.

Uma das medidas importantes foi reestruturar o site, a identidade visual e as redes sociais do Sindalesc. Não menos importante, logo criamos grupos de transmissão no WhatsApp, com informes semanais para todos os associados do Sindalesc.



Comunicação

Em 2020, o Sindalesc realizou centenas de lives sobre diversos temas e quatro assembleias virtuais, se reinventou e não parou durante a pandemia, menos ainda no período em que a contaminação amenizou e permitiu a realização de eventos presenciais.

A primeira assembleia geral virtual da história do SINDALESC, cuja pauta foi a ADI 5441, ocorreu com todos os cuidados técnicos e de segurança, no dia 20 de agosto de 2020, por meio da plataforma Zoom.

A segunda assembleia virtual aconteceu no dia 1º de outubro, tendo como pauta a PEC 32, os efeitos da ADI 5441 e a aprovação da proposta de Resolução sobre Serviço à Distância, construída oletivamente sob a coordenação do Sindalesc. E a terceira assembleia virtual aconteceu no dia 13 de novembro, quando foram revisadas todas as pautas em andamento. Assim, no aniversário do sindicato, dia 8 de dezembro, ocorreu a quarta assembleia virtual do ano de 2020.

A partir disso, as assembleias, as reuniões, os debates e eventos virtuais se tornaram uma constante e permitiram uma participação mais ampla e efetiva dos servidores; porém, assim que as condições sanitárias estiveram seguras, retomamos as atividades presenciais ou híbridas.

Diante da quantidade de atividades virtuais, percebeu-se a necessidade de ajustar a identidade visual do Sindalesc, objetivando uma comunicação mais leve e atualizada, em sintonia com o novo momento. Sendo assim, o sindicato contratou um estudo de marca, com base no diagnóstico de toda a comunicação. Um plano completo de comunicação foi então desenvolvido, o que resultou na nova identidade visual, na recriação da logomarca com slogan, na criação de um site dinâmico, na reestruturação de todas as redes sociais Facebook, Instagram e Youtube.





Em defesa do serviço público

A nova marca foi lançada em abril de 2021, por intermédio de uma campanha virtual, tendo o artista da ilha Moriel da Costa (Mané Darci e vocalista da banda Dazaranha) como âncora da campanha e parceiro em outros eventos do Sindalesc.

Nas nossas redes sociais, é possível acompanhar o dia a dia do Sindalesc e encontrar informações do mandato atual e dos anteriores (www.sindalesc.org.br).

Além disso, desde 2021, o sindicato distribui semanalmente um informativo via WhatsApp, com um resumo da pauta da semana e com comunicados importantes, como a data de pagamento do salário, de reuniões e eventos, permitindo que todos os servidores filiados, da ativa ou aposentados, possam acompanhar o cotidiano da Alesc, do Sindalesc e manter-se sempre bem informados.



Siga nossas redes sociais:

Facebook: /sindalesc.sc

Instagram: @sindalesc

Twitter: @sindalesc

Youtube: /sindalesc

Café dos Aposentados foi um sucesso em 2022

O Café dos Aposentados e das Aposentadas do Serviço Público, em alusão ao Dia do Servidor Público Aposentado, comemorado em 17 de junho, é sempre uma data muito relevante, pelo legado de luta e conquistas que nos deixaram, mas também por ser um momento de confraternização e de convivência.

Em decorrência da pandemia, não foi possível realizar eventos presenciais em 2020 e em 2021, assim reservando para 2022 uma grande festa de reencontro, em parceria com a Afalesc e a Afipolesc, no Hotel Majestic, no dia 15 de junho.

Momento inesquecível e emocionante, recepcionado pela alegria da artista folclórica da ilha “Maricotinha”, o evento contou com atrações como o show de dança do grupo Cia. Ronaldo Rodrigo Master e o show de stand up e música com Moriel da Costa (Mané Darci e vocalista da banda Dazaranha).

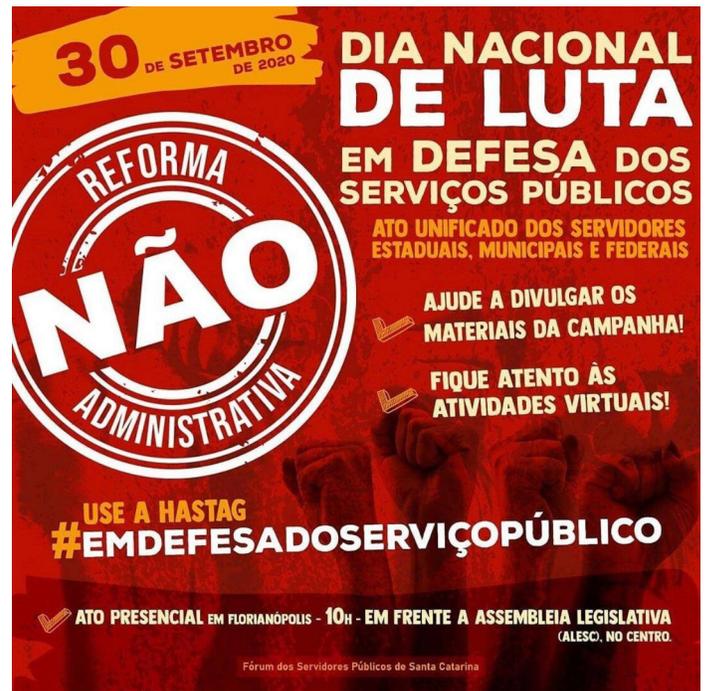
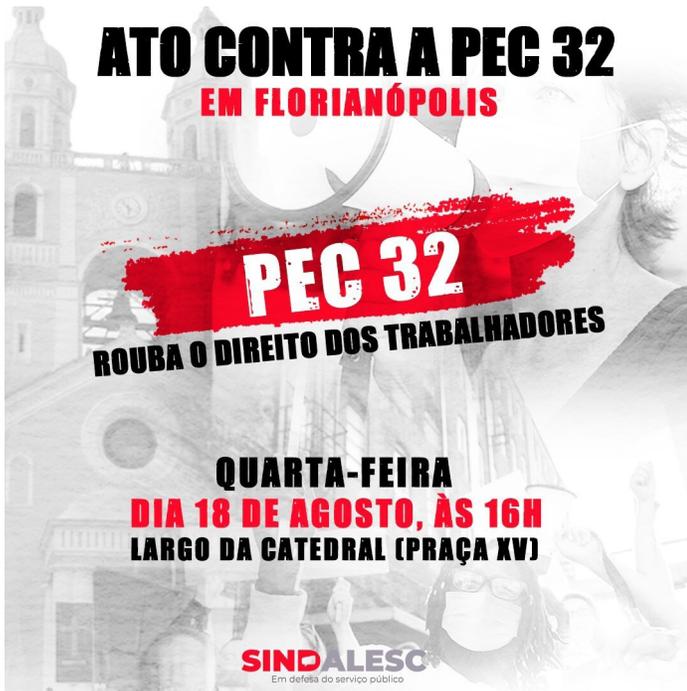




Além das atrações, foi servido um delicioso café colonial e disponibilizadas selfs individuais e em pequenos grupos com todos os convidados e convidadas, que receberam de brinde uma xícara personalizada das entidades e, depois, as fotos impressas ou virtuais, conforme suas escolhas.

Foi um grande evento, preparado e realizado com todo o cuidado e carinho merecidos.

Dia do Servidor é de luta contra PEC 186 (2020), mas também de comemorações



O Dia do Servidor Público de 2020 começou a ser preparado com bastante antecedência. Já nos dias 18 de agosto e 30 de setembro, com a parceria da Fenale e dos demais sindicatos de servidores públicos de Santa Catarina, foi realizado o primeiro ato em defesa do serviço público e contra a PEC 32.

A partir desse momento, nos empenhamos numa campanha permanente contra essa proposta, promovendo diversas atividades, entre elas uma live para aprofundar o tema, realizada no dia 9 de outubro, com o palestrante Vladimir Nepomuceno, assessor parlamentar e consultor de entidades sindicais;

também participaram Alexandre Melo, Presidente do Sindalesc; José Eduardo Rangel, Presidente da Fenale; e Cássia Regina da Costa, Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais do Sinte-SC. Na ocasião, lançamos a campanha “Diga Não à Reforma Administrativa” e, no Dia do Servidor Público, seguimos debatendo o tema em outra live intitulada “Dia do Servidor Público: o que comemorar?”

Na sequência, foi realizada uma ação de pressão sobre os parlamentares federais de Santa Catarina, com o envio de e-mail e de mensagens de WhatsApp individual para todos os deputados e deputadas e para os três senadores.

Do mesmo modo, promovemos postagens semanais durante todo o mês de novembro e vídeos de entrevista, intitulados “Pinga fogo”, com o Presidente do Sindalesec, Alexandre Melo.

A luta continuou durante todo o ano de 2021, por meio de uma campanha permanente nas redes sociais, de atos nas cidades e nas residências dos parlamentares federais catarinenses, além de uma vigília em Brasília, até conseguirmos barrar a pauta antes das eleições de 2022.

Dadas as condições sanitárias favoráveis, retomamos o café do dia dos servidores no ano de 2021 e de 2022, em parceria com a Afalesc e a Afipolesc.



Jantar de final de ano e Baile Retrô (anos 60, 70 e 80) da Afalesc

Um dos eventos mais esperados do ano pelos servidores da Alesc é o jantar de final de ano, realizado sempre em grande estilo.

Enquanto as condições sanitárias permitiram, retomamos a grande festa em 2021, em conjunto com a Afalesc e a Afipolesc.

Além disso, fomos parceiros da Afalesc no baile que teve como temática os anos 60, 70 e 80.

Não faltaram registros das datas comemorativas

O Sindalesec acompanhou todas as pautas e datas importantes, considerando que são momentos de celebração e reflexão sobre assuntos que dizem respeito a todos. O Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, assim como o Outubro Rosa e o Novembro Azul foram algumas destas datas destacadas pelo Sindalesec.

O dia 15 de outubro é a data que homenageia as professoras e os professores.

O estado catarinense foi o primeiro do país a reservar o dia 15 de outubro, por meio de projeto de lei de autoria da Deputada Antonieta de Barros, em 1947. A data se tornou nacional em 1963, quase 20 anos depois, por decreto federal, assinado pelo então presidente da República João Goulart.

Segundo dados da ONU, a nossa carga de trabalho na pandemia aumentou, assim como a violência doméstica. “Basta de violência e assédio! Nós não seremos mais silenciadas!” é uma das tantas frases que acompanham esta luta.

O Brasil é o 5º país do mundo no índice de feminicídios. Por isso é válida a reflexão de que devemos lutar por um mundo com justiça social, equidade e livre de violência.

CAFÉ COM AS servidoras

PARTICIPE CONOSCO!

Dia 8 de março de 2022 - 9h às 16h

No Hall do Palácio Barriga Verde

Dia 9 de março de 2022 - 9h às 17h

No Hall da Unidade Administrativa
Deputado Aldo Schneider

Considerações finais

Este texto é resultado de uma avaliação coletiva da atual direção do Sindalesc e serve como uma síntese do legado do atual mandato.

Há que se resgatar um pouco da história, lembrando que desde o último concurso, em 2006, criou-se uma sensação de dois grupos na categoria de servidores da Alesc, entre os antigos, com valores agregados e mais bem remunerados, e os novos, em início de carreira. Esse sentimento divisionista formava um círculo vicioso de perde-perde, pois os novos não conseguiam avançar sem apoio dos antigos, e os antigos buscavam manter ou melhorar ainda mais sem se preocupar com os novos. Este último período do sindicato tem sido um dos melhores momentos de união da categoria, que buscou

contemplar todos e inverter a lógica, passando para um círculo virtuoso em que, se uma parte ganha, ajuda a outra a crescer também.

Mas não foi apenas no aspecto salarial que o atual mandato do Sindalesc buscou juntar forças, como também na relação entre as diferentes entidades que representam os servidores da Casa. Assim surgiu o slogan “Juntos somos mais fortes”, que sintetiza este mandato, pois somamos forças com a Afalesc e a Afipolesc em todas as ações, e, mais do que isso, nos envolvemos com outras entidades sindicais em defesa do serviço público, no estado e no país, representados pela Fenale. Isso tornou possível enfrentar a ameaça da PEC 32 e juntar forças com organizações das comunidades periféricas da Grande Florianópolis, numa corrente de solidariedade recíproca para amenizar o sofrimento dos que mais precisam, durante e depois da pandemia, com uma visão aberta que permitiu o surgimento, inclusive, de um projeto ambiental (Pegada Ambiental), tão raro no meio sindical. Portanto, “Juntos somos mais fortes” se transformou no grande lema deste mandato sindical.

Consideramos que foi um mandato de resultados, dentro e fora da categoria.



No âmbito interno, a busca incansável pelos anseios dos servidores, com diálogo e respeito, com responsabilidade e capacidade de negociação (olho no olho) e pressão quando necessário, gerando confiança e conquistando reposição salarial de 15%, aprovação do serviço à distância, aprovação de concurso público e reversão dos efeitos da ADI 5441.

Além dos resultados e valores conquistados, foram feitas muitas ações em defesa dos direitos dos servidores e do serviço público, assim como campanhas contras as PECs, contra a Reforma da Previdência, trabalho social das entidades e eventos, como o Café dos Aposentados. Tudo isso gerou integração e engajamento, animou aposentados e servidores da ativa a participarem mais das decisões, ou mesmo os que pouco se envolveram nas atividades se sentiram representados pelo sindicato.

O momento que esta direção assumiu o mandato exigiu superar obstáculos e vê-los como oportunidades para se reinventar. O novo momento exigiu resiliência, coletividade e criatividade, além de muito diálogo interno e com a sociedade, sem se omitir nos posicionamentos; contudo, assumindo o protagonismo e diversas situações, inclusive na necessidade de funcionar virtualmente, antecipando-se inclusive às medidas da direção da Casa, lentamente fomos nos adequando aos novos tempos.

Dessa forma foi possível “tecer” ou ter e ser um mandato coletivo, dedicado e comprometido com a categoria e, ao mesmo tempo, com a sociedade, com coragem de construir sinergia onde havia divergências, construir pontes onde haviam obstáculos e abrir-se para novas possibilidades.



Manifestações finais

Temos ciência de que essas lutas, conquistas e inúmeras atividades foram de muito aprendizado e não seriam possíveis se não fosse o compartilhamento de responsabilidades e atuação conjunta das entidades que representam os servidores da Alesc, nossa representação nacional na Fenale e outros sindicatos de servidores públicos do nosso estado.

Assim, somos gratos a todos e convidamos alguns deles para dar seus depoimentos, neste ano de 2022, em que o Sindalesc completa 34 anos de fundação.



SINDALESC

Em defesa do serviço público

2023